

Intervenção Sobre Ambiente e Ordenamento de Território no debate do Plano e Orçamento para 2013

Horta, Março de 2013

Exma. Senhora Presidente da Assembleia

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Exmo. Senhor Presidente do Governo

Exma. Senhora e Senhores membros do Governo

Em primeiro lugar, queria começar por saudar o único membro do Governo que só falou dos Açores e não culpou a República pelo que quer que fosse. É dos Açores que aqui estamos a tratar e não de outra coisa qualquer.

O Ambiente e o Ordenamento do Território são as áreas da actividade e da acção governativa que podem, e devem, ser a imagem de marca da identidade Regional. “Tocam” todos os outros sectores da política Açoriana e devem marcá-los de uma forma indelével, a bem da promoção,

interna e externa, do bom-nome dos Açores, das suas gentes e das suas produções. Não podem ser o parente pobre desta orgânica do Governo como, infelizmente, foi comprovado na passada semana.

Há questões que são inerentes à nossa condição arquipelágica, dotadas de grande imprevisibilidade e que requerem um adequado planeamento e reservas financeiras. Reservas que não temos, infelizmente.

Anteontem, quer o Governo, quer a comunicação social, assumiram o valor de 35 MILHÕES de Euros como valor dos prejuízos causados pelas intempéries.

Relembro que o mesmo Governo e o líder parlamentar da Bancada do PS assumiram aqui, que procederiam aos ajustamentos e opções orçamentais adequadas a fazer

para compensar as populações afectadas pelos temporais da passada semana.

Não estamos a falar de “peanuts”! O Valor total do orçamento para 2013 para Ambiente e Ordenamento do Território dos Açores é de cerca de 30 M€! (30,8M€ de acordo com o Senhor Secretário).

O valor a acrescentar às verbas a atribuir à Saúde é também de 30 M€!

O que se gastou na promoção do Turismo Regional, com a falta de resultados que hoje todos reconhecem, também forma 30M€.

É essencial que HOJE, neste debate, o Governo assuma quais as opções que vai fazer! Quais as obras que não vai executar e quais os compromissos que não vai cumprir

para colmatar esta situação? É importante que os Açorianos saibam com o que contar. É que este é, de novo, ano de eleições.

Cada vez mais, a realidade obriga a que a Limpeza e Manutenção das Ribeiras seja uma prioridade Regional. No entanto, não vemos nestes documentos previsionais meios adequados para o efeito ou para apoio às juntas de freguesia, de modo a evitar as situações como as que aconteceram na semana passada, que são cada vez mais frequentes e cujas causas são já demasiado conhecidas e debatidas.

Os Resíduos e o cumprimento do PEGRA serão centrais a toda a governação ambiental dos próximos tempos.

- Qual a avaliação feita pelo governo em relação ao PEGRA?

- Onde estão os “Relatórios de Progresso Bienal” que deveriam ter sido produzidos entre 2007 e 2013?

Estão prontas, ou quase, as estruturas de processamento e triagem de resíduos de ilha, mas muito atrasadas estão as principais unidades de tratamento e valorização de resíduos da Região, que são o Centro de tratamento e valorização energética de S. Miguel (cujo início de construção está previsto para Junho) e o centro de tratamento e valorização pelo processo de pirólise/gaseificação na Terceira (com arranque de construção previsto para o final deste ano de 2013).

Não aceitamos que, nesta fase, se culpem os municípios por quaisquer atrasos na calendarização do PEGRA, uma vez que foram os governos do PS que o criaram, regulamentaram e deixaram os municípios amarrados ao

seu cumprimento sem estarem asseguradas as devidas condições de financiamento dos projectos em causa. As responsabilidades são vossas.

Para que o PEGRA funcione, a parcela da comparticipação do apoio ao transporte marítimo dos resíduos, paga pela ERSARA, é um dos componentes fundamentais. O valor previsto nos documentos previsionais (92.000€) parece-nos claramente insuficiente para a tarefa a realizar, não garantindo a sustentabilidade do sistema.

Os passivos ambientais existentes na Região têm rapidamente de ser transformados em activos económicos e ser explorados como tais. A Remoção de Passivos Ambientais tinha uma dotação de 12.610€ em 2012... Tem ZERO euros em 2013.

- Os nossos Percursos Pedestres são uma das formas mais íntimas de ligação entre o Turismo e o Ambiente, bem como um dos maiores chamarizes dos turistas que interessam à Região. Então o que justifica uma redução de verbas de cerca de 50% de 2012 para 2013? Passa-se de 167 212€ para 76 277€ em 2013.

O PSD entende como importantes todos os investimentos nas energias renováveis. A energia Eólica tem sido um enorme sucesso nas ilhas onde foi implementada.

Já no que à Geotermia diz respeito, o caso do projecto geotérmico da Terceira tem sido um amontoado de fracassos que tem custado milhões. Algo tem de ser assumido: ou não há ali condições para se ter energia geotérmica ou o trabalho está a ser mal feito e custa os

olhos da cara. Alguém tem de assumir alguma responsabilidade e tomar decisões.

Venha daí o reforço das mini-hídricas, as centrais de biomassa (importantes para ajudar na limpeza de ribeiras e combate à flora invasora), a valorização energética de resíduos e o uso do hidrogénio. Cumpram as promessas!

Quanto às lagoas dos Açores, com particular enfoque para as de S. Miguel, preocupa-nos o facto de as verbas para planeamento e gestão das bacias hidrográficas das Lagoas sofrerem uma descida de quase 6 M€ em 2012 para apenas 644 mil euros em 2013, parecendo haver uma transferência dos valores de 2012 para a Requalificação das Margens das Lagoas das Furnas e Sete Cidades.

A eutrofização das lagoas deixa de ser um problema prioritário para o governo?

Parece que a requalificação das margens das Lagoas das Sete Cidades e Furnas leva o investimento que deveria ser canalizado para a aquisição dos terrenos agrícolas que contribuem com os nutrientes em excesso que aceleram o processo de eutrofização das lagoas.

- No que toca à questão das pragas urbanas, e para que não hajam dúvidas, refiro-me às Térmitas, esperava-se mais.

O resultado do “esforço” deste governo é uma dotação orçamental de APENAS 36.800€ para todas as ilhas dos Açores no Plano de 2013.

Já ouvimos e lemos variadas intervenções do Deputado, Professor Paulo Borges, acerca desta temática. No entanto, a sua competência parece ser pouco reconhecida no Governo e na bancada que o Senhor Deputado apoia.

O custo mínimo para que a “reputada” empresa que andou por cá a fazer testes com recurso a calor húmido para a eliminação das térmitas nos imóveis afectados, se desloque à Região, é de 130 mil euros! É mais que o custo das obras em muitas das casas que requerem intervenção.

Ninguém pode pagar isso! Nem os privados nem o público.

Podem V.Exas. vir agora justificar o que bem entenderem quanto às térmitas, mas no Plano só estão 36.800 euros para as ilhas todas. Alguém se importa de me explicar o que se vai fazer às casas que estão a cair por causa das térmitas com os 36.800 Euros do Governo?

O Senhor Deputado Paulo Borges desdobra-se em entrevistas e em explicações, mas resultados práticos, daqueles que o cidadão comum possa usar, ZERO! Quem muito fala, pouco acerta...

Cais de Cruzeiros em Angra - não foi o PSD que andou anos a fio a prometer obras que não podia ou sabia não poderem ser cumpridas. O PS fê-lo repetidamente em Eleições Regionais e Autárquicas e agora faz desaparecer tudo isso dos seus documentos previsionais, como quem assobia para o lado, apesar do embaraço que foi, para o governo, a assunção por parte do Secretário da Educação, Ciência e Cultura, em comissão parlamentar, que daria parecer negativo ao projecto em questão. Já não é só o PSD que pede explicações, é todo o Conselho de Ilha da Terceira que o exige e V. Exas. como governo eleito dos Açores têm a obrigação de as dar. Show acerca do tema, têm dado com fartura... E a Terceira não pode continuar a ser o estaleiro de obras inacabadas do Governo.

Para finalizar, lamento muito o facto de nem haver referência neste Plano à importantíssima questão da contaminação por combustíveis do aquífero da Praia da Vitória. Pelos vistos não é uma questão que preocupe o Governo Regional dos Açores.

Disse

Luís Rendeiro